Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
Vol. 1, n. 1, jan-jun. 2015
Missões

A fronteira Brasil-Argentina após a criação do MERCOSUL:

Iniciativas de integração e cooperação e seus impactos

Camilo Pereira Carneiro Filho[1]

Resumo: Concomitantemente à emergência dos blocos econômicos regionais, no final do século passado as fronteiras dos Estados nacionais passaram a desenvolver novos papéis. Na América do Sul, além de simbolizar o centro do MERCOSUL, a fronteira Brasil-Argentina constitui um território onde são materializados muitos dos acordos firmados entre Brasília e Buenos Aires. O presente artigo busca examinar as diferentes iniciativas de integração e cooperação transfronteiriça após a criação do MERCOSUL, bem como os impactos das mesmas, tanto no território como na vida da população da fronteira Brasil-Argentina.

Palavras-chave: Fronteira. Brasil. Argentina. MERCOSUL. Integração.

Resumen: Paralelamente a la aparición de los bloques económicos regionales al final del siglo XX, las fronteras de los Estados nacionales comenzaron a desarrollar nuevos papeles. En América del Sur, la frontera entre Brasil y Argentina simboliza el centro del MERCOSUR y el territorio donde se materializan muchos de los acuerdos realizados entre Brasilia y Buenos Aires. El presente artículo tiene por objeto analizar las distintas iniciativas de integración y cooperación transfronteriza después del surgimiento del MERCOSUL, así como los impactos de las mismas, tanto en el territorio como en la vida de la población de la frontera Brasil-Argentina.

Palabras-claves: Frontera. Brasil. Argentina. MERCOSUR. Integración.

Introdução

A descontinuidade política da fronteira pode, muitas vezes, separar ou cortar espaços, sociedades e culturas comuns, pré-existentes ao traçado do limite internacional. O grau de porosidade de uma fronteira irá facilitar ou dificultar os fluxos de bens, serviços e pessoas que a atravessam e tornará possível ou não a construção de complementaridades.

No decorrer da década de 1990 até o início do século XX, com ao fim da Guerra Fria, à hegemonia do sistema capitalista e à globalização, que alavancou o comércio internacional, a utilidade das fronteiras chegou a ser questionada por autores que, naquele momento, defendiam a diminuição do papel do Estado (BADIE, 1995; FUKUYAMA, 2005).

No entanto, apesar de questionadas, as fronteiras seguem existindo e constituem uma realidade pujante. O fato novo é que a estrutura territorial clássica do Estado moderno vem passando por transformações importantes, as funções de barreira, defesa e controle, preponderantes no passado, passaram a conviver com outros significados. Rückert e Grasland

[1] Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

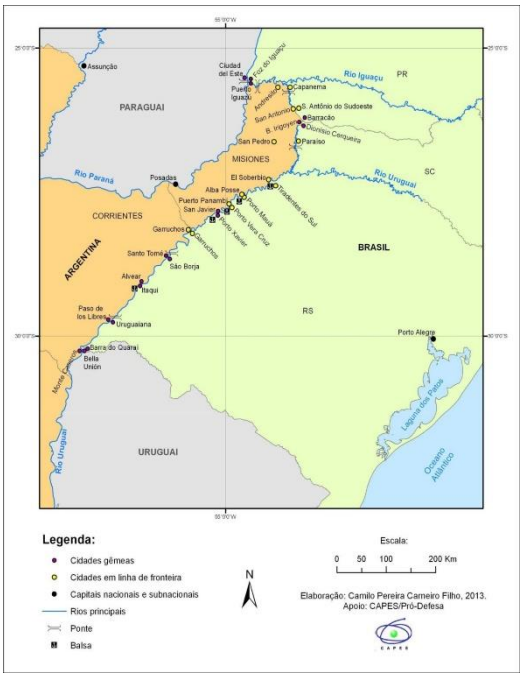
(2012) entendem que as fronteiras de hoje são mutáveis, fluidas e móveis, e passam por constantes processos de abertura e fechamento.

Na realidade sul-americana, o corrente processo de integração conduzido por Brasil e Argentina faz com que a fronteira compartilhada pelos dois países constitua um importante campo de estudos no que tange aos resultados dos tratados realizados por Brasília e Buenos Aires. A importância da fronteira entre os dois países se baseia no fato de que dos 16.886 km de extensão das fronteiras terrestres do Brasil, o trecho limítrofe com a Argentina (1.261 km) é o mais populoso, o que possui o maior desenvolvimento econômico e a maior quantidade de cidades e equipamentos instalados.

Muitos dos acordos firmados no âmbito do processo de integração sul-americano, que tem no MERCOSUL, na IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e na UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) suas principais iniciativas, são materializados em zonas de fronteira, onde são confrontados interesses de atores oriundos de diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional).

Recentemente, demonstrando preocupação com a integração do país com todos os seus vizinhos sul-americanos, e com o objetivo de melhorar o Programa Social da Faixa de Fronteira (1999-2002), o governo federal do Brasil lançou, em 2009, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), gerenciado pelo Ministério da Integração Nacional. O programa tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica.

Principais cidades na fronteira Brasil-Argentina



Em 2010, o governo federal do Brasil instituiu a Comissão Permanente para o desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional. No âmbito do programa foram criados Núcleos Regionais de Fronteira nos onze estados situados no limite internacional do Brasil. Articulados pelos governos estaduais, a função desses Núcleos é promover ações necessárias na região fronteiriça de forma articulada com as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), executando políticas de desenvolvimento conforme cada realidade. No tocante à fronteira Brasil-Argentina os Núcleos de Fronteira do Rio Grande do Sul e Paraná foram criados em 2011, enquanto o de Santa Catarina foi instalado em 2013. Devido a sua instalação muito recente, a funcionalidade dos núcleos ainda é uma incógnita.

O notório ganho de importância que a zona de fronteira vem recebendo nos últimos anos por parte do governo brasileiro embasa o presente artigo, que constitui uma abordagem das principais iniciativas de integração e cooperação na fronteira mais importante (tanto no aspecto demográfico como no econômico) do país – a díade com a Argentina. O texto inicia com um resumo das iniciativas de cooperação anteriores ao MERCOSUL referentes à fronteira Brasil-Argentina, faz uma breve avaliação dos impactos do surgimento do bloco sobre a população fronteiriça e prossegue com a apresentação e a análise das principais iniciativas de integração e cooperação subseqüentes à formação do bloco.

Cooperação na fronteira Brasil-Argentina: antecedentes do MERCOSUL

O primeiro tratado firmado pelos países que compõem a Bacia do Prata data de 1941, quando foi realizada a Conferência Regional dos Países do Prata, onde foi assegurada aos navios de todas as bandeiras a livre navegação nos rios do sistema hidrográfico do Prata. Previa-se ainda o estabelecimento de comissões de técnicos para a realização de estudos de melhoria da navegabilidade, como de um melhor aproveitamento das águas para uso na agricultura e na indústria.

Posteriormente, o Tratado da Bacia do Prata, de 1969, assinado por Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai (então governados por ditaduras militares) e Uruguai, destacou-se como um marco na cooperação sul-americana, pois previa o desenvolvimento harmônico, o aproveitamento racional dos recursos naturais, bem como a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência. Na ótica dos militares brasileiros os grandes rios da Bacia do Prata – Paraná, Paraguai e Uruguai – possuíam um papel geoeconômico importante, constituindo, ao mesmo tempo, uma rede de circulação mercantil no interior do Cone Sul e uma fonte de energia

indispensável à industrialização, sobretudo do Sudeste brasileiro, onde a usina de Itaipu garantiria o abastecimento.

Em 1986 foi criada uma associação regional, a primeira desse tipo e a única até hoje, entre seis províncias argentinas (Corrientes, Chaco, Entre Ríos, Formosa, Misiones e Santa Fe) agrupadas em torno da Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino Litoral – CRECENEA/LITORAL – e três estados do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), aos quais se uniria posteriormente o Mato Grosso do Sul, representados no Comitê de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL. Em 1990 as proposições dessa associação foram incorporadas pelo Programa Argentino-Brasileiro de Integração e Complementação Econômica, precedente ao MERCOSUL, no protocolo n° 23 de Integração Regional Fronteiriça (SCHWEITZER, 2000).

Entre os objetivos propostos no programa os mais importantes eram: a busca pelo desenvolvimento integrado e equilibrado da região fronteiriça e de sua área de influência; a criação de um grupo de trabalho permanente com a participação dos Estados nacionais, províncias e estados fronteiriços para estudar a viabilidade dos projetos de integração física, de transporte (fluvial, terrestre e aéreo) e de telecomunicações. Estava prevista ainda a reforma do papel dos comitês de fronteira

O surgimento do MERCOSUL e seus impactos nas cidades de fronteira

Com a entrada em vigor do Protocolo de Ouro Preto, em 1995, o MERCOSUL passou a ter uma Tarifa Externa Comum (TEC) e, a partir de 1999, passou a constituir uma área de livre comércio entre os integrantes. Todavia, ficou acertado que cada país pode estabelecer uma lista de produtos excluídos dos benefícios tarifários. Medida que sustenta a tese de que desde o surgimento do bloco, o ritmo de abertura das fronteiras vem sendo regulado com o intuito de se controlar o impacto sobre o mercado de trabalho, o nível e a qualidade do emprego e a seguridade social nos países membros.

Firmeza (2007) defende que a implementação do bloco não contemplou a realidade da fronteira, que não foi reconhecida e nem incorporada nas ações programáticas próprias do que deveria ser uma fronteira institucional de integração. Outro ponto a ser destacado, é que diferentemente da experiência da União Europeia, os processos de integração regional do Cone Sul não convergem, até o momento, para a criação de instâncias de decisão supranacionais, o que dificulta a resolução de conflitos entre os Estados parte.

No que tange aos trabalhadores transfronteiriços residentes nas chamadas cidades gêmeas (adensamentos populacionais cortados pelo limite internacional (terrestre ou fluvial), articuladas ou não por obra de infraestrutura), a política do Brasil vem se caracterizando pela preferência por acordos bilaterais com os países vizinhos, ao invés da adoção de normas e regras aplicáveis a todas as cidades gêmeas, como atesta Machado (2005):

> No caso do Brasil, não existe um marco regulatório único para tratar fluxos de trabalhadores transfronteiriços, em geral adotando-se uma política diferente segundo o lugar geográfico, os interesses brasileiros e a relação com o país vizinho (MACHADO, 2005, p. 265).

Desde a implementação do MERCOSUL a vida da população fronteiriça vem sendo impactada por medidas tomadas a partir dos centros de poder (São Paulo, Brasília e Buenos Aires). Na fronteira Brasil-Argentina os impactos de tais medidas são mais visíveis em determinados nichos da sociedade como os passadores, conhecidos localmente pelo nome de *chibangos*, pessoas que tiram o sustento do chamado "contrabando formiga". Nesse caso, as frequentes normas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil e por sua correspondente argentina, a AFIP (*Administración Federal de Ingresos Públicos*), com o intuito de limitar as compras de mercadorias no país vizinho, fizeram com que cidades como Paso de los Libres e Uruguaiana passassem a conviver com manifestações populares e frequentes bloqueios da Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo.

Por sua vez, o chamado "comércio formiga" entre as cidades de São Borja e Santo Tomé praticamente acabou com as novas normas aduaneiras. Na cidade brasileira o bairro do Passo foi um dos mais impactados. Nesse bairro, a população de baixa renda ganhava a vida trabalhando no mercado popular de produtos trazidos da Argentina através do contrabando formiga. O mercado, que ficava espalhado pelas ruas nas proximidades do porto, teve seu fim com a inauguração da Ponte Internacional da Integração, em 1997, que coincidiu com o aumento da fiscalização da Receita Federal aos passadores.

Outra questão a ser destacada é a das medidas protecionistas criadas por Brasília e Buenos Aires, que vêm repercutindo de forma negativa na fronteira, como ocorreu em 1998 quando o governo argentino baixou a resolução 262/98, aplicada pela AFIP, que modificou o regime fronteiriço local que vigorava desde 1986, que permitia aos habitantes das cidades fronteiriças argentinas a compra de até 150 dólares dos EUA em produtos do outro lado da fronteira. Com a nova medida essa cota foi reduzida a 100 dólares mensais, o que limitou estritamente as atividades de setores médios e baixos que tradicionalmente compram do lado mais barato da fronteira, em especial o trabalho dos passadores (ADIALA, 2006).

Na ocasião prefeito de Barra do Quaraí mostrou indignação em relação à resolução, afirmando: "Quanto mais se fala do MERCOSUL, mais nos distanciamos e mais problemas se geram na fronteira. O MERCOSUL favorece aos grandes e pretende acabar com o comércio de fronteira." (GRIMSON, 2005, p. 41).

Pouco tempo depois da resolução adotada pela Argentina, medida semelhante foi tomada pelo Brasil, onde atualmente, a Receita Federal impõe cotas sobre alguns produtos específicos e estabelece o limite de 300 dólares dos EUA mensais quando o viajante ingressar no Brasil por via terrestre, fluvial ou lacustre.

Em que pesem as dificuldades do MERCOSUL, ao longo da história do bloco algumas iniciativas que estimularam a integração passaram a ser desenvolvidas na fronteira, ainda que nem sempre com êxito. Um exemplo é a AES Uruguaiana, inaugurada no ano 2000, símbolo da parceria dos dois maiores países do MERCOSUL, tendo sido a primeira termelétrica do Brasil a base de gás natural, que era fornecido pela Argentina. Não obstante os planos de expansão por parte do Brasil, a empresa encerrou suas atividades em 2008, após o fornecimento de gás ter sido cortado pela empresa fornecedora, a YPF, que alegou (motivos de força maior) para tanto.

Atualmente, iniciativas capitaneadas, sobretudo, pelo governo federal do Brasil, como a IIRSA e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) vem sendo responsáveis pela instalação de infraestruturas em cidades de fronteira. Pautados em um discurso desenvolvimentista de integração da América do Sul e contando com financiadores como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a CAF (Corporação Andina de Fomento) e o FONPLATA (Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata), projetos de hidrelétricas, pontes, rodovias e gasodutos passaram a ser instalados na zona de fronteira.

Uma questão a ser destacada é a de que no decorrer da última década, muitos dos projetos contidos nas carteiras da IIRSA e do PAC 2 vêm sendo realizados sem a participação dos habitantes da fronteira, o que muitas vezes tem resultado em remoções forçadas de populações e em alguns casos no desaparecimento de cidades, fato que ocorreu com o município de Itá-SC, que ficou submerso com a construção de uma hidrelétrica. No que tange aos impactos ambientais, os novos empreendimentos hidrelétricos do Rio Uruguai colocarão em risco o Salto do Yucumã, que poderá desaparecer caso as quatro novas usinas sejam instaladas.

Indiferentes às manifestações dos habitantes das cidades gêmeas de Porto Mauá e Alba Posse, que serão submersas pela represa de Panambi, as presidentes de Brasil e Argentina

firmaram, em 2011, o compromisso de construção da usina repetindo o antigo discurso desenvolvimentista da necessidade de geração de energia elétrica para evitar racionamentos e garantir o crescimento econômico. Para Gerhardt (2011) os investimentos financiados pelo BNDES irão gerar, antes de tudo, um grande lucro para o seleto grupo de empreiteiras que realizam as obras e que não raramente participam dos consórcios gestores das hidrelétricas. Na bacia do Rio Uruguai sete hidrelétricas encontram-se nas mãos de consórcios compostos por apenas quatro transnacionais: GDF Suez (França), Alcoa (EUA), Camargo Corrêa e Votorantim (brasileiras).

Projetos de integração e cooperação em prol da população da fronteira Brasil-Argentina

Os resultados mais importantes da aproximação entre os países do MERCOSUL ocorreram entre municipalidades localizadas na fronteira Brasil-Uruguai e também na fronteira Argentina-Uruguai, no entanto a cooperação entre Brasil e Argentina recebeu um impulso por parte dos governos dos dois países com a inauguração da Ponte da Integração São Borja-Santo Tomé, em 1997, e também com o Projeto Polo Turístico Internacional Iguaçu, de 1998, que englobava Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú, Ciudad del Este e outras três cidades paraguaias.

No âmbito da cooperação transfronteiriça entre Brasil e Argentina em escala local, uma das principais iniciativas é o CIF – Consórcio Intermunicipal de Fronteira. Embora seja composto por três municípios brasileiros (Barracão-PR, Bom Jesus do Sul-PR e Dionísio Cerqueira-SC), o consórcio desenvolve inúmeras atividades e parcerias com o município argentino de Bernardo de Irigoyen. Articulados através do CIF os quatro municípios parceiros realizam de forma mais eficaz a defesa de seus interesses perante as esferas estadual/provincial e federal de poder. O gerenciamento integrado ocorre por meio da elaboração de projetos e pela prestação de serviços em diversas áreas (infraestrutura urbana, saneamento, educação, saúde, turismo, geração de empregos, gestão ambiental, etc.), merecendo destaque a gestão integrada do Parque Turístico Ambiental, o transporte de pacientes e a patrulha mecanizada (CIF, 2013).

Em 2005, com o intuito de facilitar a vida da população de dez cidades fronteiriças, os governos de Brasil e Argentina assinaram o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas – ALFV (quadro 1). O acordo prevê a criação da Carteira Vicinal Fronteiriça, que garantirá a argentinos e brasileiros residentes nas cidades elencadas no acordo o acesso a serviços de saúde e educação, bem como o direito ao trabalho na cidade parceira. A proposta, já aprovada pelos congressos dos dois países aguarda a promulgação das presidentes (PARO, 2011).

Não obstante a implementação da carteira vicinal fronteiriça, a falta de representação dos atores locais nas políticas de Estado traçadas para a fronteira aliada ao baixo nível de institucionalidade do MERCOSUL fazem com que a cooperação nos pares de cidades gêmeas se realize de maneira informal e por meio de acordos tácitos entre autoridades locais dos países fronteiriços.

Quadro 1 – Localidades fronteiriças vinculadas ao ALFV

Foz do Iguaçu (PR) – Puerto Iguazú (MI)
Capanema (PR) – Andresito (MI)
Barracão (PR) – Dionísio Cerqueira (SC) – Bernardo de Irigoyen (MI)
Porto Mauá (RS) – Alba Posse (MI)
Porto Xavier (RS) – San Javier (MI)
São Borja (RS) – Santo Tomé (CO)
Itaqui (RS) – Alvear (CO)
Uruguaiana (RS) – Paso de los Libres (CO)
Barra do Quaraí (RS) – Monte Caseros (CO)

Organização: Carneiro Filho, 2013.

No campo da educação, algumas iniciativas tiveram êxito na aproximação e na integração de populações vizinhas. Casos da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana – e do PEIBF – Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira. Criado em 2005, através de um acordo entre Brasil e Argentina e tendo sido ampliado posteriormente para outros países, o PEIBF tem o objetivo de promover o intercâmbio entre professores dos países do MERCOSUL. Suas metas são a integração de estudantes e professores brasileiros com seus pares estrangeiros e a promoção do aprendizado da segunda língua aos alunos brasileiros e dos países vizinhos. Em 2009 o projeto já funcionava em cinco países e contava com vinte e seis escolas, sendo que mais da metade dessas se encontrava na fronteira Brasil-Argentina (MEC, 2013).

Por sua vez, a UNILA foi criada em 2010 através de uma iniciativa do governo brasileiro. Vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, a nova universidade nasceu com o objetivo de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional do subcontinente. Inicialmente a ideia era ter 50% dos quadros docente e discente compostos por estrangeiros oriundos de países latino-americanos. Todavia, em virtude da

legislação trabalhista brasileira, que limita o tempo de trabalho dos professores estrangeiros a dois anos, renováveis por igual período, o quadro de docentes da UNILA em 2013 era composto por apenas 30% de estrangeiros. No tocante aos estudantes, a meta vem sendo alcançada, aproximadamente metade dos alunos é estrangeira – a maioria argentinos e paraguaios (UNILA, 2013).

Já na área da cooperação em saúde, a mais importante iniciativa para as cidades localizadas na fronteira Brasil-Argentina é o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras – SIS Fronteiras –, cujo Plano Operativo destina-se a melhorar a estrutura física das unidades de saúde (ampliação do número de leitos) e de recursos humanos da rede pública de saúde, qualificando e fortalecendo o sistema de saúde local. Coordenado pelo Ministério da Saúde, o SIS Fronteiras é um projeto nacional, envolvendo os onze estados situados na fronteira terrestre do Brasil. Seu funcionamento se dá a partir da cooperação entre municípios fronteiriços e universidades federais. O programa teve início em 2005, em Foz do Iguaçu, onde o sistema público municipal de saúde presta atendimento não apenas à população local, como aos brasileiros residentes no Paraguai, a estrangeiros residentes no Brasil, bem como a paraguaios residentes em seu país de origem.

O SIS Fronteiras também tem como objetivos identificar e mensurar as demandas existentes, a capacidade instalada dos municípios, os fluxos de assistência e o perfil epidemiológico, sanitário e ambiental. Através do projeto é possível se identificar os problemas do sistema de saúde local relacionados ao atendimento de saúde na região de fronteira; caracterizar o perfil dos usuários e motivos da procura pelos serviços de saúde do município; e caracterizar o grau de satisfação dos usuários frente aos serviços prestados pelo sistema local de saúde (SIS FRONTEIRAS, 2006).

Finalmente, no âmbito do desenvolvimento econômico sustentável, uma importante iniciativa da fronteira Brasil-Argentina é o Projeto Iguassu/Aguas Grandes, que prevê a construção de um parque trinacional na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai e de um anel viário conectando as três cidades gêmeas – Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este. O projeto é uma idealização da iniciativa privada de Foz do Iguaçu, que busca parcerias com paraguaios e argentinos no intuito de promover o desenvolvimento local e combater iniciativas oriundas de outras escalas de poder que muitas vezes não levam em conta os habitantes da fronteira.

O projeto Iguassu/Aguas Grandes é um contraponto ao projeto da IIRSA, que é apoiado pelo DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – e prevê a construção de uma ponte para caminhões a ser instalada nas proximidades do Marco das Três Fronteiras,

um dos mais importantes pontos turísticos da Tríplice Fronteira. O descabimento de tal localização motivou a Fundação Iguassu/Aguas Grandes a impetrar uma ação judicial contra o DNIT contra a realização da obra naquele local (CMFI, 2013). As irregularidades demonstradas nos autos da ação foram reconhecidas pelo TCU – Tribunal de Contas da União –, o que fez com que o DNIT suspendesse a licitação para a obra.

Considerações finais

O MERCOSUL não possui muitos simpatizantes entre as populações da fronteira brasileira, não sendo a díade Brasil-Argentina uma exceção. Grande parte da população fronteiriça comunga de uma opinião negativa em relação ao bloco econômico, fundamentando-se na ideia deste ter sido idealizado a partir das capitais federais, em benefício das grandes empresas e em detrimento dos mais pobres – os cidadãos fronteiriços.

De fato, no caso da fronteira Brasil-Argentina as medidas tomadas pelos governos dos dois países após a criação do MERCOSUL – instauração de cotas e maior fiscalização por parte da Receita Federal e da AFIP – prejudicaram as interações entre as cidades gêmeas, especialmente no que tange ao comércio fronteiriço e ao contrabando formiga, fonte de renda de um contingente numeroso de pessoas.

Todavia, a partir do final do século XX e início do século XXI o governo federal do Brasil passou a dar maior atenção à faixa de fronteira, que passou a ser objeto de programas de desenvolvimento e instalação de obras de infraestrutura. Essa maior atenção que a fronteira passou a receber do governo brasileiro se explica pelo papel de liderança exercido pelo Brasil no processo de integração sul-americano.

Não obstante, muitos dos programas para a fronteira recebem críticas freqüentes por terem sido desenvolvidos e executados sem contar com a participação das populações fronteiriças residentes nas áreas onde os mesmos seriam aplicados. Essa situação provavelmente foi uma das razões que motivaram a recente criação dos Núcleos de Fronteira nos onze estados situados no limite internacional do Brasil.

Ainda é cedo para avaliar os Núcleos de Fronteira e saber se eles irão responder aos interesses da população fronteiriça. Em relação à fronteira Brasil-Argentina os Núcleos poderão servir de contraponto a projetos que possam provocar prejuízo à população local caso executados. Inúmeros projetos em andamento, presentes nas carteiras da IIRSA e do PAC 2 se enquadram nessa situação, como as hidrelétricas de Panambi e Garabi, que provocarão a inundação de cidades e a remoção de populações que não foram consultadas e que são contrárias a tais empreendimentos.

Por fim, cabe ressaltar a importância da atuação dos atores locais em prol do desenvolvimento local e da cooperação transfronteiriça. A mobilização dos atores locais mostra sua força em situações como a do embate judicial entre a Fundação Iguassu/Aguas Grandes e o DNIT, que apoiava um projeto da IIRSA para construção de uma ponte para caminhões sobre um local de relevante valor turístico-cultural – o Marco das Três Fronteiras, na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai.

Referências bibliográficas

ADIALA, Cristiane. *Efeitos de políticas públicas em cidades de fronteira*: Uruguaiana e Sant`ana do Livramento (RS). 2006. 130 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

BADIE, Bertrand. *La fin des territoires*. Essai sur le désordre international et sur l'unité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995, 276 p.

CIF. *Consórcio Intermunicipal de Fronteira*. Disponível em: http://www.cifronteira.com.br/. Acesso em: 10 fev. 2013.

CMFI – Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. *Fundação Iguassu alerta sobre localização da 2ª ponte BR-PY*. Disponível em: http://www.cmfi.pr.gov.br/noticias.detalhes.php?fundacao-iguassu-alerta-sobre-localizacao-da-2-ponte-br-py&ID=Mzg=. Acesso em: 11 jun. 2013.

FIRMEZA, George T. *Brasileiros no exterior*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007, 377 p.

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados*. Governo e organização no século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2005, 168 p.

GERHARDT, Milton César. *Garabi*: para quê e para quem? Publicado em: 27 jul. 2011. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/artigo/garabi-para-qu-e-para-quem. Acesso em: 30 mar. 2013.

GRIMSON, Alejandro. Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil)-Libres (Argentina). In: OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen. *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. 1ª ed. Brasília: Editora UNB, 2005, p. 21-54.

MACHADO, Lia O. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, María Laura (Org.). *Continente em chamas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 243-284.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. *Escola de Fronteira*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=836&id=12586&option=com_content&view=article. Acesso em: 23 mar. 2013.

PARO, Denise. *Acordo bilateral favorece moradores fronteiriços*. Publicado em: 12 ago. 2011. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1157187. Acesso em: 20 mar. 2013.

RÜCKERT, Aldomar; GRASLAND, Claude. *Transfronteirizações*: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia. **Revista Geopolítica**. Natal, vol. 3, n° 2, p. 90-112, jul./dez. 2012.

SCHWEITZER, Alejandro. *Intégration régionale et aménagement du territoire dans le Mercosur*: frontières, réseaux et dynamiques transfrontalières. 2000. 591 p. Tese (Doutorado), Institut de Hautes Ètudes de l'Amérique Latine, Université Paris III, Paris, 2000.

SIS FRONTEIRAS. *Diagnóstico local – Foz do Iguaçu.* Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Foz_do_Iguacu-PR.pdf. Acesso em: 12 nov. 2013.

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: http://www.unila.edu.br/conteudo/hist%C3%B3ria-da-unila-0. Acesso em: 23 mar. 2013.